

Secretaria de
SaúdeGOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO. MAIS FUTURO.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A contratação será realizada através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Inc. I do art. 29 da Lei 13.303/2016 e Parágrafo Primeiro, Inc. I do Art. 135 do Regimento Interno de Licitações e Contratos do LAFEPE

2. DAS RESTRIÇÕES

2.1. Estarão impedidas de participação deste processo convocatório Empresas que estiverem enquadradas no art. 38 da Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Os recursos financeiros para custear as despesas com o objeto deste Termo de Referência são provenientes de receita própria do **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S. A – LAFEPE**.

4. DO OBJETO

4.1. Contratação de empresa de Consultoria para análise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro objeto do processo SEI 0060407848.000112/2020-46 referente aos serviços de reforma, ampliação, instalação e automação da climatização (HVAC) do prédio da coordenadoria pesquisas e desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE

5. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Considerando o protocolamento de novo pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao contrato 010/2021, solicitado pela empresa contratada;

5.2. Considerando a complexidade de cálculo, as jurisprudências atualizadas e a natureza dos eventos causadores de eventual desequilíbrio;

5.3. Considerando a extraordinariedade do pleito no âmbito do LAFEPE e a complexidade da sua análise;

5.4. Considerando que, a análise de pedidos de reequilíbrio econômico financeiro em serviços de engenharia, exige a mobilização de equipe técnica para análise de cálculos e equipe de suporte para cotações de mercado e composição de custos, e que atualmente o LAFEPE não dispõe desses recursos, ressalvado o próprio gestor do contrato que não deve isoladamente responder por encargo atribuível a uma equipe;

5.5. Face ao exposto nos itens acima, justifica-se a necessidade de contratação de serviço técnico especializado para análise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro objeto do processo SEI 0060407848.000112/2020-46 referente aos serviços de reforma, ampliação, instalação e automação da climatização (HVAC) do prédio da coordenadoria pesquisas e desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Caberá à Contratada demonstrar fundamentadamente, a ocorrência ou não, da onerosidade excessiva da execução contratual, e no caso de onerosidade excessiva, demonstrar o nexo causal entre a variação extraordinária do preço de determinado material (insumo) ocorrida na conjuntura do evento imprevisível e de consequências extraordinárias e a onerosidade excessiva

6.2. O escopo se inicia através de uma verificação do contrato entre o LAFEPE e Contratado, através de busca e verificação dos princípios legais e contratuais que regem tal escopo.

6.3. Serão levantados todos os pontos pertinentes ao contrato (legislação, regime de execução, aditivos e pleitos, comunicação entre as partes, fatores exógenos e endógenos, etc) a fim de verificar de fato quais são os direitos e oportunidades para a contratada.

6.4. Levantar dados de desequilíbrio de mercado e construir a argumentação técnica, legal e jurisprudencial quanto ao pleito do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.5. Análise da Matriz de risco contratada e percepção do seu impacto no contrato, incluindo valores e variações financeiras.

6.6. Análise da planilha orçamentária, contendo preços unitários e totais, apresentada pela contratada.

6.7. Verificação se os preços de insumos e equipamentos, resultante de cotação, estão em conformidade com aqueles praticados no mercado

6.8. O resultado final deverá ser conclusivo e apresentado formalmente pela contratada, observando-se a análise dos seguintes requisitos:

6.8.1. exposição da fundamentação técnica e jurídica que autoriza o deferimento ou indeferimento do pleito, contendo relatório demonstrativo da variação extraordinária do preço de cada material (insumo) impactado, ocorrida em período posterior à data de apresentação da proposta;

6.8.2. apresentação de elementos documentais claros e precisos, aptos à comprovação: i) da situação excepcional e imprevisível que gerou impactos econômicos nos insumos necessários à execução da obra ou serviço de engenharia, não bastando a menção genérica ao cenário da pandemia, ou seja, deverá ser demonstrado nexo de causalidade entre a variação extraordinária de preço ocorrida na conjuntura da crise sanitária e o rompimento do equilíbrio contratual; ii) da variação cambial acima daquela ordinária da flutuação do mercado financeiro internacional e iii) da atribuição de valor ao risco superior àquele já concebido contratualmente quando da estipulação de seu valor global.

7. DAS ETAPAS DOS SERVIÇOS:

7.1 – A análise objeto deste termo de referência será em etapa única

8. TRABALHO PARA ANALISE

8.1. O resultado do trabalho deverá ser apresentado em 01 (uma) via impressa e os respectivos arquivos digitais em formato editável, e diretórios apropriadamente identificados conforme material impresso.

9. DA ENTREGA FINAL

9.1. A entrega do objeto da presente contratação será na Coordenação de Engenharia, Manutenção e Obras - COEMO, situado no Largo de Dois Irmãos, 1.117 – Recife / PE, , obedecendo ao prazo estipulado e às especificações descritas neste Termo de Referência;

10. CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO

10.1. Conforme ANEXO 03 desse Termo.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. O prazo de execução máximo do objeto deste termo de referência será de até **30 (trinta) dias** consecutivos a contar da data da emissão da respectiva Ordem de Serviços ou documento equivalente.

12. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MEDIÇÃO

12.1 - Regime de contratação: Empreitada por preço global.

12.2 -Critério de julgamento: menor preço global.

12.3 – Critério de medição : única (100% com a conclusão dos serviços).

13. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Em conformidade com o art. 175, inciso I, alíneas a) e b) do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios do Lafepe.

a) PROVISORIAMENTE– pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15 (quinze)** dias da comunicação escrita do contratado;

b) DEFINITIVAMENTE - por empregado público ou comissão designada pela Autoridade Administrativa, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

14.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa e fiel execução do objeto, bem como permitir o acesso às instalações, quando solicitado pelo contratado em serviço e que estejam relacionados com a execução deste;

14.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar ao contratado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por partes deste;

14.3. Indicar ao contratado os colaboradores que ficarão encarregados da fiscalização e acompanhamento dos serviços;

14.4. Notificar ao contratado, por escrito, a ocorrência de eventuais anormalidades na prestação dos serviços, para preparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;

14.5. Permitir o acesso do contratado às suas dependências para a execução dos serviços;

14.6. Proceder à conferência da Notas Fiscais e medições, atestando no corpo das mesmas, a boa execução dos serviços;

14.7. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços ao contratado, deste que cumpridas todas as formalidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

15.1. Atender com presteza a solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;

15.2. Estar em condições de fornecer o produto a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;

15.3. Fornecer todo o material em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas, devendo estar já inclusos nos valores propostos todos os custos com impostos, taxas, e demais encargos pertinentes à formação do preço;

15.4. Entregar o objeto especificado neste Termo de Referência independentemente de qualquer contratempo.

15.5. Emitir fatura, conforme material fornecido e os documentos necessários para a exatidão da prestação do serviço;

15.6. A contratada fica obrigada a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

15.7. Respeitar as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos internos da contratante inclusive adotando processo de identificação indicado pela empresa, quando for o caso;

15.8. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

15.9. Não transferir ou subcontratar a outra parte do contrato, sem prévia e expressa anuência desta empresa;

15.10. Assumir todos os encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem previstos em legislação específica e vigente, referentes aos serviços executados por seus empregados, obrigando-os a saldá-los na época própria, além de responder, também, por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços.

16. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A gestão do contrato será exercida pela Coordenadoria de Engenharia, Projetos e Obras – COEPO.

16.2. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos por meio de um servidor indicado pela Coordenadoria de Engenharia, Projetos e Obras – COEPO, designado como fiscal do contrato, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, dando ciência de tudo à Contratada, conforme disposto nos artigos 169 e 170 do Regulamento LAFEPE.

17. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em moeda brasileira (real) através de depósito bancário, em conta corrente da empresa vencedora da licitação, até o 30º dia do fornecimento/prestação dos serviços, mediante atesto na nota fiscal.

17.2. A contratada deverá apresentar sua fatura no ato de entrega do material solicitado.

17.3. Os pagamentos das faturas serão realizados em até 30 (trinta) dias, desde que o produto atenda as especificações contidas neste termo de referência, onde estas por sua vez serão atestadas pela FISCALIZAÇÃO.

17.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, do IBGE, aplicando-se a seguinte fórmula

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual do IPCA anual

17.5. Será adotado como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento o índice adequado nos moldes previstos pela Lei Estadual nº 12.525/2003.

17.6. No preço constante, deverá estar incluída toda mão de obra necessária para realização da prestação do serviço ora contratado, bem como as despesas com impostos e seguros;

18. DA PROPOSTA

18.1 Nas propostas de preços apresentadas pelos fornecedores deverão constar, obrigatoriamente:

18.1.1 Proposta comercial endereçada obrigatoriamente ao LAFEPE – Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes, cujo endereço encontra-se no rodapé, acompanhada de Cronograma físico/financeiro

18.1.2 Validade da proposta: **Não inferior a 60 dias;**

18.1.3 Nome da empresa e CNPJ, CPF (caso seja pessoa física), endereço e telefones comerciais, nome e assinatura do responsável pela elaboração da proposta, com indicação do cargo junto à empresa; Caso a proposta não seja feita em papel timbrado específico, deverá constar o carimbo do CNPJ do fornecedor;

18.2. A empresa contratada deverá informar através de envio de proposta formal o valor correspondente a cotação atualizada da parcela do contrato a ser fornecida.

18.3. Os cálculos alusivos à formação de preços deverão constar como anexo a proposta, a fim da validação do valor apresentado com a prática de mercado no ato da aquisição.

18.4. Será desclassificada a proposta que:

18.4.1. Omitir qualquer elemento solicitado.

18.4.2. Deixar de atender às exigências contidas neste Termo de Referência.

19. DO REAJUSTE

19.1. O preço do objeto deste Termo será irrecorrível

20. DA RESCISÃO CONTRATUAL

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente instrumento nas hipóteses previstas no art. 183 do regimento interno do LAFEPE, em consonância com as disposições do art. 82 e 83 da Lei 13.303/2016.

21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, o Contratante LAFEPE, poderá aplicar as seguintes sanções:

21.1. Advertência consiste em comunicação formal ao infrator, sendo aplicada conforme o disposto no ato convocatório e no contrato;

21.2. Multa na forma do disposto pelo art. 83, II da Lei nº 13.303/2016;

21.3. Multa de mora na forma do disposto pelo art 82 da Lei nº 13.303/2016;

21.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o LAFEPE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

21.5. A multa prevista pelo art. 83, II da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das demais cominações legais, poderá ser aplicada nos seguintes casos e percentuais:

- a. Inexecução parcial do contrato, no percentual de 10% do valor da parcela não executada;
- b. Inexecução total do contrato, no percentual de 10% do valor do contrato;

21.6. Na hipótese da Contratada ensejar o retardamento da execução do objeto será aplicado multa de mora no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, não podendo o somatório das multas, contratuais e moratórias, excederem ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto pelo art 203, inc II do Regulamento;

21.7. Conforme disposto pelo art. 203, inc IV, do Regulamento, se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não cessar, o contrato poderá ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, da Autoridade administrativa;

21.8. Conforme art. 203 inc. VIII, do Regulamento, os valores devidos a título de mora na execução do contrato, poderão ser devolvidos a Contratada, desde que no Termo de Referência, seja previsto o cronograma geral do contrato e que o atraso seja elidido nas etapas ou fases subsequentes, cumprindo-se o prazo final de execução;

21.9. Conforme previsto pelo art 203, inc. VI, do Regulamento, caso o valor das multas não cubra os prejuízos causados pela Contratada o LAFEPE poderá exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo indenizatório, na forma do preceituado pelo Parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

21.10. Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados: da garantia, se prevista; dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que houve a aplicação da multa ou de outro contrato em execução ou a ser firmado, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme disposições do artigo 203, inc VII do Regulamento;

21.10.1. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pela Contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação pelo LAFEPE.

21.11. Conforme disposto pelo art. 203, § 3º do Regulamento, o LAFEPE poderá, em situações excepcionais, devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa, antes da conclusão do procedimento administrativo;

21.12. Conforme previsto pelo art. 203, inc. VI, do Regulamento, caso o valor das multas não cubra os prejuízos causados pela Contratada, o LAFEPE poderá exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo indenizatório, na forma do preceituado pelo Parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

21.13. Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados: da garantia, se prevista; dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que houve a aplicação da multa ou de outro contrato em execução ou a ser firmado, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, conforme disposições do artigo 203, inc. VII do Regulamento;

21.13.1. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pela Contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação pelo LAFEPE;

21.14. Conforme disposto pelo art. 203, § 3º do Regulamento, o LAFEPE poderá, em situações excepcionais, devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa, antes da conclusão do procedimento administrativo;

21.15. Conforme disposto pelo art. 83, § 2º da Lei 13.303/2016 e pelo art. 202 do Regulamento, ao Licitante/contratado, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de multas, as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o LAFEPE, respeitados os seguintes prazos:

21.15.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato. Sanção: 1 (um) ano e 6 (seis) de suspensão;

21.15.2. Dar causa à inexecução total do contrato. Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;

21.15.3. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado. Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;

21.15.4. Não celebrar o contrato, dentro do prazo de validade de sua proposta. Sanção: 1 (um) ano de suspensão;

21.15.5. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; Sanção: 1 (um) ano de suspensão;

21.15.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; Sanção: 8 (oito) meses de suspensão;

21.15.7. Apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;

21.15.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;

21.15.9. Comportar-se com má-fé; Sanção: 6 (seis) meses de suspensão

21.15.10. Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação. Sanção: 2 (dois) anos de suspensão.

21.16. Conforme disposto pelo art. 84 da Lei nº 13.303/2016 e art. 209 do Regulamento, as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o LAFEPE, poderão também ser aplicadas as empresas ou profissionais que em razão dos contratos regidos por esta Lei:

21.16.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos

21.16.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.16.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o LAFEPE em virtude de atos ilícitos praticados.

21.17. As penalidades previstas neste item podem ser aplicadas aos participantes, ainda que o procedimento licitatório se encontre finalizado, e sua aplicação não ocasiona a exclusão de outras penalidades presentes nos instrumentos anexos, partes integrantes deste edital.

22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1. **REGISTRO** ou **INSCRIÇÃO**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da empresa licitante e de seu responsável técnico, da região a que estiverem vinculados.

22.2. Comprovação de que a licitante possui no seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional(ais) de nível superior, registrado no CREA ou no CAU, detentor(es) de 01(um) ou mais ATESTADO (s) técnico (os) sendo que obrigatoriamente um dos profissionais deverá comprovar responsabilidade técnica pela execução dos serviços pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

22.3 O(s) atestado(os) relativo(s) ao serviço constantes neste termo de referência emitido(s) por pessoa jurídica(as) de direito público ou privado deverão estar acompanhado(s) da(as) ART- Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica ou Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pela(s) entidade profissional competente da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s), o(s) qual(is) deverá(ão) especificar a(s) quantidade(s) fornecida(s),

22.4. A comprovação do vínculo do profissional do detentor do atestado técnico deverá ser realizada mediante cópia autenticada dos seguintes documentos: no caso de empregado da empresa, por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados no Ministério do Trabalho ou contrato de prestação de serviços sob a égide da legislação civil; no caso de sócio, através do contrato/estatuto social; no caso de prestador de serviços, mediante contrato escrito firmado com o licitante ou declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

22.5 Não será admitido o somatório de áreas parciais de edificações para efeito de comprovação da área construída mínima estabelecida.

23. Habilitação Jurídica

A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

23.1. Carteira de identificação do responsável legal ou procuração com poderes para assinatura do contrato em se tratando de procurador;

23.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

23.3. No caso de sociedade empresarial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

23.4. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

23.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

24. REGULARIDADE FISCAL

A documentação relativa à **regularidade fiscal** consistirá em:

24.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica (CNPJ);

24.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

25. DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

25.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede do licitante, ou de seu domicílio ou no caso de empresas em recuperação judicial que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

25.1.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJE (Processos Judiciais Eletrônicos) da sede da pessoa jurídica, somente exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

26. DA MATRIZ DE RISCO

26.1. Conforme **Anexo I** deste instrumento.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos pela Lei nº 13.303 /2016 subsidiariamente pelo RILC do Lafepe e demais Leis vigentes que falem sobre o assunto.

28. FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO DE REFERENCIA OS SEGUINTE ANEXOS:

- ANEXO 01 – MODELO DE CARTA PROPOSTA
- ANEXO 02 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ID
- ANEXO 03 – CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO
- ANEXO 04 - Edital: LAFEPE-30-10-2020-10-02-29_SEI_0060407848.000112_2020_46
- ANEXO 05 - Termo de Referência: SEI_GOVPE - 7463923 - GOVPE - Termo de Referência
- ANEXO 06 - Planilha: ORÇAMENTO SINTÉTICO - LAFEPE
- ANEXO 07 - CONTRATO - SEI_GOVPE - 11394666 - GOVPE - Contrato
- ANEXO 08 - CARTA PROPOSTA EMPRESA: CIA DE ENGENHARIA
- ANEXO 09 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- ANEXO 10 - PLEITO DE RECONSIDERAÇÃO DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - CIA DE ENGENHARIA
- ANEXO 11 - PLANILHAS ORÇAMENTARIAS PARA REEQUILIBRIO PLEITEADO - CIA DE ENGENHARIA

OBS.: Os documentos que integram o processo inicial estão disponibilizados nos arquivos SEI 0060407848.000112/2020-46 e 0060407929.000031/2022-16

Recife, 30 de junho de 2022

Engº Marcelo Menelau

Coordenador de Engenharia, Projetos e Obras

ANEXO 01**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

Recife, de de 2022.

Ao

Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A. – Lafepe

Largo de Dois Irmãos, 1117 – Dois Irmãos

Recife/PE

Prezado Senhor,

A (nome da empresa), apresenta a sua proposta para realização de Consultoria para análise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro objeto do processo SEI 0060407848.000112/2020-46 referente aos serviços de reforma, ampliação, instalação e automação da climatização (HVAC) do prédio da coordenadoria pesquisas e desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE

Os serviços serão realizados de acordo com o preconizado no Termo de Referência objeto desta cotação, e conforme abaixo informado:

1 -PREÇOS:

- Valor Total dessa proposta :R\$ xxxxxxxxx(-----) conforme demonstrada na planilha Anexo 03.

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Em conformidade como item 10 do termo referência.

3 - PRAZO DE EXECUÇÃO

- 30 (trinta) dias corridos conforme cronograma anexo.

4 - INÍCIO DOS SERVIÇOS

- Imediato após a assinatura da ordem de serviços.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

6 – DECLARAÇÕES

Declaramos que em nossos preços estão incluídas as despesas indiretas (custo de apoio do escritório central), as operacionais (equipamentos de informática básicos, EPI's , hospedagem e deslocamento ao local da obra) e ainda as tributárias, fiscais ou contribuições sociais (PIS, COFINS, IR, ISS, Contribuição Social e INSS).

Sendo o que se apresenta para o momento e no aguardo de um pronunciamento favorável por parte de V.Sas., subscrevemo-nos

RESPONSÁVEL DA EMPRESA

Nome Legível e Assinatura

ANEXO 02

- Consultoria para análise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro objeto do processo SEI 0060407848.000112/2020-46 referente aos serviços de reforma, ampliação, instalação e automação da climatização (HVAC) do prédio da coordenadoria pesquisas e desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE

COEPO - COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA						
PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS				DATA BASE:	/03/2022	
	1. EQUIPE E ENCARGOS					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTOS (R\$)		
				UNITÁRIOS	TOTAIS	
1	Planilha Orçamentária e Cronograma					
1.1	Engenheiro Pleno - Orçamentista	H/MÊS	120,00			-
1.2	Advogado	H/MÊS	60,00			-
	SOMA 1					-
	Encargos Sociais		84,04%			-
	Custos Administrativos	Decreto 38.409/2012	20,00%			-
	SOMA 2					-
2	Equipe de Apoio					
2.1	Estagiários de Engenharia (Equipe com 2 estagiários)		2,00			-
3	SERVIÇOS DE TERCEIROS					

3.1	Serviços gráficos					
	Impressão A4 - preto e branco papel comum		fls	100,00		-
	Encadernação - 01 a 300 folhas		cjn	1,00		-
					SOMA 3	-
4	REMUNERAÇÃO E DESPESAS FISCAIS					
	DISCRIMINAÇÃO		%	CUSTOS (R\$)		
					REFERÊNCIAS	TOTAIS
					SOMA 2 + 3	-
	Remuneração	Decreto 38.409/2012		6,00%	S/ SOMA	-
					SOMA 4	-
	Despesas Fiscais	Decreto 38.409/2012		9,469%	S/ SOMA	-
					TOTAL CALCULADO R\$	-

ANEXO 03

CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO

Objeto: Consultoria para análise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro objeto do processo SEI 0060407848.000112/2020-46 referente aos serviços de reforma, ampliação, instalação e automação da climatização (HVAC) do prédio da coordenadoria pesquisas e desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE

ANEXO 03		CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO	MESES / (%)		TOTAIS (R\$)	
			01			
1	Análise do pleito de reequilíbrio econômico -financeiro ao contrato 010/2021		-	100,00%		
			-			
TOTAIS (R\$)		-	-			-
TOTAIS ACUMULADOS (R\$)			-			
PERCENTUAIS MENSAIS						



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Ximenes Menelau**, em 30/06/2022, às 21:36, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25316782** e o código CRC **55CFC423**.

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES

Largo de Dois Irmãos, 1117, - Bairro Dois Irmãos, Recife/PE - CEP 51110-130, Telefone: